

3ª ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITAPOCU, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2002 EM JARAGUÁ DO SUL

Aos quatorze dias de novembro de dois mil e dois, na sede da AMVALI em Jaraguá do Sul, reuniram-se os membros do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itapocu, constando o número legal, conforme pode ser verificado no Livro de Presenças nº 01, folha 09. O Presidente do Comitê Itapocu – Sr. Ronaldo Klitzke abriu os trabalhos saudando os presentes e dizendo que o Comitê deve traçar planos para o ano vindouro. A seguir apresentou em transparências o resumo das reuniões de Diretoria e Conselho Consultivo ocorridas durante o ano de 2002. Dando prosseguimento à pauta, a Assembléia dispensou a leitura da Ata da Segunda Assembléia Ordinária por terem sido distribuídas cópias desta aos presentes, que já a haviam lido e nada tinham a acrescentar ou a corrigir. Em seguida, o Sr. Teomar Duarte da Silva – técnico responsável pelo *Cadastro Básico de Usuários e Diagnóstico Preliminar da Bacia Hidrográfica do Rio Itapocu* apresentou os primeiros resultados do trabalho, que está em fase final de elaboração. Comentou que há muitas diferenças entre as bacias hidrográficas existentes em Santa Catarina. Sobre as mais impactadas já existem alguns estudos. Exemplificou citando as bacias atingidas por dejetos suínos e poluídas pela atividade carbonífera. Sobre tais bacias já há estudos que datam de mais de vinte anos, muitos com o apoio de Universidades. Não é o caso da Bacia Hidrográfica do Rio Itapocu, que, além de não muito impactada, está numa região em que a atividade universitária é recente, não havendo deste modo, estudos que possam trazer informações precisas. Assim sendo, a equipe técnica da UNERJ teve que iniciar os estudos da estaca zero, inclusive os levantamentos cartográficos. O cadastramento de usuários é muito caro, por exigir muitos deslocamentos. Ressaltou que o Orçamento é pequeno. Além disso, é necessário todo um trabalho de convencimento, tanto de Prefeitos Municipais, quanto de agricultores e industriais. Muitas vezes não existem as informações solicitadas. Quando existe algum trabalho neste sentido, as informações são antigas e até mesmo negadas. Deste modo, serão cadastrados os maiores usuários. A seguir, apresentou o Diagnóstico já elaborado pela equipe. O Presidente disse que o Comitê está ciente de que o cadastro é um trabalho oneroso. O Sr. Teomar Silva retomou a palavra e ressaltou a importância de que o relacionamento entre UNERJ e Comitê Itapocu se estreite. Explicou que a instituição, embora tenha oferecido uma sala para a instalação do Comitê, ainda não se deu conta da importância do trabalho do mesmo. Sugere que o Comitê pressione a UNERJ para que esta assuma uma posição definida: deve haver cobranças por parte da comunidade, já que uma Universidade deve estar diretamente ligada à comunidade em que se insere. Acha que a UNERJ tem que fazer o papel de corpo técnico do Comitê. Em seguida, o Sr. Rui Batista Antunes – representante da SDM - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, salientou que só o diagnóstico apresentado já vale o dinheiro que foi disponibilizado. Ressaltou a importância do envolvimento da Universidade com o Comitê, já que este não possui personalidade jurídica. Salientou também a necessidade de um espaço físico: somente três ou quatro comitês de Santa Catarina têm endereço próprio. Falou ainda sobre o poder em forma de força ativa que os comitês exercem, embora este ainda seja pouco conhecido. Quanto à outorga, Santa Catarina é um dos poucos estados brasileiros que não concede outorga de direito de uso. Fazem-se necessários ajustes na legislação estadual para que esta se adeqüe à legislação federal. A SDM contratou um consultor jurídico para fazer estes ajustes. O Governo do Estado quer democratizar este processo de regulamentação da legislação estadual e, para tanto, já promoveu várias reuniões em que foram entregues ao consultor minutas da lei com sugestões e críticas. Ainda em 2002 será promovida reunião de âmbito estadual para apresentação do escopo da lei. Informou que desconhece se, com a mudança de

Governo Estadual, haverá disponibilidade de verbas para recursos hídricos no próximo ano, embora o FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos já exista desde 1994. Estão previstos no Orçamento Anual cerca de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) destinados ao meio ambiente. Sugere que os presidentes de comitês solicitem verbas ao FEHIDRO. Em assuntos diversos discutiram-se ainda assuntos como o papel da FATMA - Fundação de Amparo e Tecnologia ao Meio Ambiente, a municipalização da cobrança e a qualidade da água. O Presidente pediu sugestões de atividades e ações para o próximo ano. O Sr. Rui Antunes comentou que, conforme sejam distribuídos os recursos do FEHIDRO, poder-se-á elaborar o Plano da Bacia. Nada mais havendo, encerrou-se a reunião, sendo a presente ata lavrada pela Secretária Executiva, assinada pelo Presidente e pela Secretária Executiva.

Jaraguá do Sul, 14 de novembro de 2002.

Ronaldo
Klitzke
Presidente Comitê Itapocu

Thiesen

Rosana Silva dos Reis
Secretária Executiva Comitê Itapocu

Ausências: Sindicato dos Mineradores de Areia do Vale do Itapocu, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Joinville, Sociedade Distribuidora de Água para Guaramirim, Cooper Juriti, Sind. Trab. Rurais Guaramirim, ACIAG, Município de Araquari, Município de Barra Velha, Município de São João do Itaperiú, Centro de Direitos Humanos de Jaraguá do Sul, Associação de Defesa do Morro da Boa Vista, IBAMA, FATMA CIDASC e Promotoria Pública de Jaraguá do Sul.